Introdução

A proposição deste estudo se volta para os pedidos de desculpas públicas dos políticos, como atos de fala com intenções de construir uma imagem pública positiva de si mesmos e de manutenção da dignidade da função exercida no momento em que foram compelidos a se manifestarem por deslizes verbais ou comportamentais. Além de políticos se incluem outros agentes, mas com função pública de evidente poder político e que serão identificados na pesquisa de dados desenvolvida para este estudo.

Desculpas são um componente da interação social e sua exigência como reparo surge no momento em que um falante pratica um ato verbal considerado danoso ao outro, mas pela natureza desta pesquisa, trata-se de evento que envolve um ente público, não se configurando, portanto, um sujeito-singular em decorrência de seu papel de representação funcional. Na outra ponta da interação está o ofendido, o público, portanto um sujeito-coletivo a quem o agente público deve satisfações. A norma social exige dos homens públicos, além da competência profissional no exercício da função pública, uma forma de agir e falar que, se violada, é considerada inaceitável. Por isso na maioria dos casos analisados pôde-se comprovar mais o proferimento do discurso politicamente correto exigido pela liturgia do cargo e menos uma atitude sincera de reparar uma ofensa. Diferentemente da vida social cotidiana em que as desculpas são uma forma de polidez orientadas pelo desejo de restaurar o equilíbrio das relações.

É necessário salientar que nos dados pesquisados há casos em que o pedido de desculpas de feito por quem não é o detentor da função pública, como ocorre nos eventos de reparo de erros históricos praticados por ações contra comunidades ou contra nações no passado. Tal reconhecimento decorre de uma exigência que aflorou na modernidade no cenário da política, como tendência universal de respeito ao princípio dos direitos humanos e do respeito às minorias.

A pesquisa levada a cabo é de uma interação mediada não se configurando a interação face a face, pois a mídia impressa e eletrônica é o canal por meio do qual se processa a locução. A diversidade de dados produz várias modalidades de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610581/CA

desculpas, cujas estratégias serão abordadas e analisadas na seção própria, à luz das teorias sobre polidez e desculpas.

Fora do âmbito das relações interpessoais, pedir desculpas tem sido ultimamente uma tendência dos homens públicos como forma de solucionar ou pelo menos esvaziar conflitos gerados por seus atos danosos a sua própria imagem e às expectativas dos cidadãos. Daí o interesse em focalizar os pedidos de desculpas dos políticos considerando-os como uma categoria dos atos de fala, com base nas concepções de Searle e Austin e nos estudos de Brown & Levinson sobre a polidez, e de Tavuchis sobre as modalidades das desculpas .

Lakoff (1987) entende ser norma em desculpas públicas qualquer declaração feita por alguém que esteja no exercício da função pública, considerando-a como tentativa de justificar qualquer ato condenável por quem no passado ocupou o mesmo cargo. Borneman[1] atesta que na atualidade os homens públicos têm estado sob pressão da necessidade de desculpas públicas como forma de reparação de um erro, mesmo que não cometido pelo detentor do poder, como nas situações de revisão de erros históricos, principalmente após o fim da Guerra Fria e da queda do muro de Berlim. As desculpas tendem assim a direcionar-se para um interlocutor que pode ser caracterizado como global, e para a democracia têm a função de restabelecer a autoridade moral, num ritual de purificação e revisão do passado histórico.

Essa tendência se observa nos mais diversos países como uma demanda dos cidadãos como produto da abertura democrática. E os exemplos proliferam a comprovar esse caminho tomado pelas nações. São ilustrativos os casos de pedido de desculpas do presidente Clinton pela escravidão; do primeiro-ministro Tony Blair aos irlandeses pela opressão imposta pelos britânicos (LAKOFF: op. cit.); da França, pela colaboração com os nazistas na perseguição aos judeus; da África do Sul, pelo *Apartheid*; dos Estados Unidos pelo genocídio perpetrado contra os indígenas; do chanceler alemão Willy Brandt à Polônia pelo morticínio de judeus (BORNEMAN, op. cit.); do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos africanos, simbolizado na figura do presidente do Senegal, pela escravidão; da Colômbia ao Equador pela incursão daquela ao território equatoriano para combater as Farc. Esses dois últimos exemplos fazem parte do corpus que será analisado.

[1] BORNEMAN J. Can public apologies contribute to peace? An argument for retribution. www.condor.com

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610581/CA

Tais eventos públicos confirmam a condição de ofensor e ofendido, e as desculpas autênticas tornam-se a possibilidade de reconciliação, perdão e fortalecimento da paz social.

Com base nas teorias, as pesquisas feitas se apresentam como um contributo à compreensão do papel das desculpas públicas feitas por políticos, os modos de realização e como um agente público ajusta seu comportamento verbal às circunstâncias de sua fala vinculada à representatividade/simbologia das funções públicas, delineadas nos seguintes propósitos:

- Objetivo geral – contribuir para a compreensão do ato de desculpas no discurso político.
- Objetivos específicos

- investigar a legitimidade do ofensor, sua responsabilidade pela ofensa e as manifestações discursivas de arrependimento.

- identificar ofensas/gafes que geram a necessidade de um pedido de desculpas públicas.

- analisar a função das desculpas públicas nos cenários políticos (função dupla: repara um erro histórico ou não, e é meio de construção de autoimagem).

No que se refere à organização deste trabalho, está dividido em 6 capítulos. O capítulo 1 trata da visão sociológica das desculpas, chamando a atenção para o fato de como a sociedade é regulada e impõe a condição de reparo de uma ação danosa às relações sociais bem como a função das desculpas na vida social. Será também feita uma breve explanação da evolução histórica e do aspecto cultural e transcultural das desculpas e uma revisão da literatura pertinente ao tema. O capítulo 2 será dedicado aos atos de fala na abordagem dos estudos de Searle e Austin, cujas teorias são fundamentais para a compreensão dos atos de linguagem como unidades de comunicação linguística, os tipos de atos de fala de ambos os autores, a estrutura linguística e semântica. No capítulo 3 serão expostas as teorias da polidez nos estudos linguísticos e sociológicos associadas às teorias das desculpas e sua função como restauradora da ordem em suas diversas instâncias, com especial relevância aos estudos de Tavuchis a respeito das condições em que as desculpas são requeridas; bem como aos estudos de Brown & Levinson sobre a polidez positiva e a negativa e respectivas estratégias e seus

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610581/CA

conceitos de face positiva e face negativa. O capítulo também inclui uma seção específica sobre Goffman e a construção da imagem como preservação da face, considerando, conforme o autor, que toda pessoa vive num mundo social de encontros diretos ou mediados, e nesses encontros a pessoa procura construir uma imagem positiva de si mesmo. Serão abordadas ainda as categorias de ameaça à face, pois todo ato de fala é um ato de ameaça à face do falante e do ouvinte.

O capítulo 4 define a metodologia aplicada às pesquisas desenvolvidas para esta dissertação, cujos dados foram extraídos da mídia impressa e eletrônica em que ocorrem os pedidos de desculpas dos políticos por deslizes verbais ou comportamentais praticados no exercício da função pública. Os dados foram pesquisados aleatoriamente, sem preocupação cronológica ou de fontes específicas, observando apenas a ocorrência dos fatos que geram a ofensa e o pedido de desculpas. Serão também tratados os cenários, os tipos de ofensas e as modalidades das desculpas, estas de acordo com o modelo de Tavuchis. A análise dos dados pesquisados será desenvolvida no capítulo 6, agrupando-os de acordo com os modos de desculpas do modelo de Tavuchis. Serão considerados os pedidos de desculpas entre nações, entre nações e comunidades, dos políticos, dos homens públicos com representação legitimada ou com poder político, como é o caso que envolveu o papa Bento XVI. A construção do quadro tem apenas objetivo metodológico, pois a diversidade de situações não permite uma classificação rigorosa, mas serve de orientação teórica, pois dependendo da perspectiva com que se olha o problema chega-se a diferentes conclusões. Finalmente, nas considerações finais serão retomados os pressupostos teóricos que orientaram este trabalho e será ressaltada a validade da pesquisa encetada e comprovação da análise a que se chegou com base nos dados arrolados.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610581/CA